

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DAS CIDADES - CONCIDADES

REALIZADA NOS DIAS 25 e 26/05/2010.

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de dois mil e dez, às dez horas e quarenta minutos, no Carlton Hotel Brasília, situado no Setor Hoteleiro Sul, Quadra 5, Bloco G – Brasília, Distrito Federal, deu-se o início da Vigésima Quarta Reunião Ordinária do Conselho das Cidades, por ordem do Presidente, Excelentíssimo Ministro de Estado das Cidades, Marcio Fortes de Almeida, sob a coordenação, do Secretário-Executivo do Conselho das Cidades, Elcione Diniz Macedo. Estavam presentes 106 conselheiros, sendo 53 titulares, 47 suplentes e 06 observadores. Os titulares foram representados por 06 conselheiros do Poder Público Federal, 04 conselheiros do Poder Público Estadual, 09 conselheiros do Poder Público Municipal, 16 conselheiros das Entidades de Movimentos Populares, 02 conselheiros das Organizações não Governamentais, 05 conselheiros das Entidades Profissionais, 05 conselheiros das Entidades Empresariais e 06 conselheiros das Entidades de Trabalhadores. O Secretário-Executivo do Conselho das Cidades, Elcione Diniz Macedo, saudou a todos e deu início à 24ª reunião ordinária do Conselho das Cidades, apresentando a pauta: **1. Tema de conjuntura: Balanço Geral do PAC 1; 2. Reuniões dos Comitês Técnicos; 3. Informes: Fórum Urbano Mundial e 4ª Conferência Nacional das Cidades; 4. Definição dos critérios de distribuição das vagas das entidades indicadas; 5. Proposta de normas e procedimentos relativos à eleição dos membros do Conselho das Cidades; 6. Relato dos Comitês Técnicos; 7. Plenária/Debate - Deliberação de Resoluções.** O conselheiro Nelson Saule pediu a palavra para chamar a atenção de que a proposta aprovada para o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano não teve encaminhamento. Depois disto, informou sobre um Projeto de Lei do Senado que pode, se aprovado, inviabilizar a regularização fundiária em situações de risco, e recomendou que o Conselho se pronunciasse contra esta iniciativa. O Secretário Nacional de Programas Urbanos, Celso Carvalho, declarou a posição contrária do Ministério das Cidades a este projeto, uma vez que está definido na Lei 11.977/09 que a regularização plena implica na resolução dos riscos ambientais dos assentamentos. Participou que já haviam gestões junto à Assessoria Parlamentar do Ministério, ao relator da Comissão de Meio Ambiente do Senado, e à Casa Civil da Presidência da República para encaminhar a posição do Ministério. Em seguida, a conselheira Regina Ferreira solicitou ao Ministro das Cidades, Marcio Fortes de Almeida, um posicionamento quanto à regulamentação da Lei de Saneamento Básico. O Ministro informou que aguardavam a manifestação de três ministérios para a emissão do decreto presidencial. O conselheiro Pedro Romildo Pereira dos Santos chamou a atenção para a tramitação no Senado Federal de um projeto de lei que altera a Lei de Licitações e a Lei dos Consórcios, e que pode desfigurar a Lei de Saneamento Básico. Terminou solicitando uma manifestação urgente por parte do Conselho. O Secretário Nacional de Saneamento Ambiental, Leodegar Tiscoski, informou a intenção de defender a integridade da forma atual da Lei do Saneamento em todas as instâncias. **1. Tema de conjuntura: Balanço Geral do PAC 1.** A Coordenadora do Programa de Aceleração do Crescimento, Miriam Belchior proferiu palestra sobre o PAC 1 e 2 (Anexo 1 da Ata.), seguida de esclarecimentos às questões formuladas pelos conselheiros. **3. Informes: Fórum Urbano Mundial e 4ª Conferência Nacional das Cidades.** Antes de iniciados os informes, houve reclamações sobre o atraso para o início da reunião, o que causou prejuízo para o bom andamento dos trabalhos. O conselheiro Nelson Saule argumentou que, ainda que uma pequena delegação de conselheiros estivesse reunida com a coordenadora do PAC Miriam Belchior, isto não seria motivo para que o Conselho deixasse de funcionar. A

conselheira Arlete Moisés sugeriu, e foi aceito, o cancelamento do informe sobre o Fórum Urbano Mundial, passando-se diretamente para os informes sobre a 4ª Conferência. A mesma conselheira expôs sobre o *status* das atividades da Comissão de Sistematização, relatando que houve atraso no envio das propostas pelos estados, sendo que alguns ainda não tinham se manifestado, e que a Comissão deliberou um prazo final para o recebimento até o dia 28 de maio. Em seguida, o conselheiro André Queiróz discorreu sobre as decisões tomadas pela Comissão de Logística e leu a proposta de programação. O Secretário-Executivo, Elcione Diniz, solicitou à conselheira Inês Damasceno que procedesse à leitura da minuta do regulamento da 4ª Conferência, seguida das contribuições destacadas pelo Plenário. O conselheiro Raul Carrion sugeriu que o número mínimo de assinaturas para a apresentação de moções ao Plenário fosse 20 por cento do total dos delegados credenciados. A conselheira Arlete Moisés sugeriu o número de 500 delegados. A conselheira Regina Ferreira solicitou que, a fim de estimular o debate nos grupos de trabalhos, fossem acrescentados, como novos itens nos painéis, os subsídios elaborados pelo Conselho para cada eixo. Quanto aos critérios para a eleição dos conselheiros, os conselheiros Raul Carrion e André Queiróz solicitaram que o processo eleitoral fosse definido sob a forma de resolução, ou seja, que estivesse separado do regulamento. Isto porque o regulamento está sujeito a modificações no Plenário da Conferência, o que poderia redundar em polêmicas desnecessárias. Discutiu-se a seguir a introdução de alterações ao procedimento para a indicação dos conselheiros pelas entidades. Os conselheiros Miguel Lobato, André Queiróz, Marco Antonio Alves e Inês Damasceno, propuseram, como condição para ser indicado, o comparecimento a todas as esferas das conferências (municipal, estadual e nacional). A conselheira Henriqueta Arantes e o Secretário-Executivo Elcione Diniz foram contrários, invocando a plena liberdade para cada segmento estabelecer a sua regra. O Secretário-Executivo Elcione Diniz colocou em votação a proposta de alteração do quorum para apresentação de moções, vencendo com 7 votos proposta de 30 por cento. **5. Proposta de normas e procedimentos relativos à eleição dos membros do Conselho das Cidades.** Ao início da discussão sobre a resolução normativa que disciplina normas e procedimentos relativos à eleição de membros do Conselho das Cidades, os conselheiros Raul Carrion e Henriqueta Arantes apresentaram propostas sobre a composição da mesa da Reunião dos Segmentos. Alguns conselheiros contestaram a oportunidade do detalhamento deste assunto, dada a possibilidade de conflitos entre o Plenário da Conferência e o Conselho das Cidades. Foram debatidas duas posições: deixar o ponto em aberto para que os segmentos resolvessem a situação, ou, ao contrário, o entendimento que a falta de coordenação poderia gerar dificuldades na condução dos trabalhos. A conselheira Arlete Moisés propôs que um membro da Coordenação Executiva da Conferência, integrante do respectivo segmento, coordenasse a mesa da reunião. A seguir, o conselheiro Raul Carrion apresentou uma forma para abranger as particularidades da representação no segmento público estadual, que é composto por órgãos e entidades, situação que não está bem definida no Decreto 5.790/06. Sobre a data da emissão da portaria de nomeação dos novos conselheiros, após alerta da conselheira Evaniza Rodrigues para a conveniência de que não haja delonga, foi estabelecido pelo Secretário-Executivo Elcione Diniz o dia 31 de agosto de 2010. **6. Relato dos Comitês Técnicos.** Daniel Montandon, da Secretaria Nacional de Programas Urbanos, anunciou que o Comitê Técnico de Planejamento e Gestão do Solo Urbano vai realizar um Seminário com a participação do Comitê, apresentando os resultados da pesquisa da Rede Nacional de Avaliação e Capacitação para a Implementação de Planos Diretores Participativos. Informou que foi deliberada a realização de uma reunião do Grupo de Trabalho Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos para o encaminhamento de questões que ficaram pendentes do seminário sobre o tema realizado em abril. Relatou, por fim, que foi deliberada a sugestão de que se retome o debate do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. A conselheira Vitória Célia Buarque pediu a palavra para mostrar sua preocupação pelo fato de não ter sido organizado um grupo para a análise prévia das resoluções. A seguir, Júlia Bittencourt da Secretaria Nacional de Habitação relatou estudo do PNAD, que detecta a diminuição do déficit habitacional. O

segundo ponto discutido foi o balanço das contratações do programa Minha Casa Minha Vida 1, em que foram recebidas propostas 30 por cento acima da meta prevista para a faixa de 0 a 3 salários mínimos. Comentou, finalmente, os resultados das adesões ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e dos contatos da Secretaria com o IBGE para o aperfeiçoamento das pesquisas na área de habitação. Pelo Comitê de Saneamento, Norma Lúcia de Carvalho da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental relatou o detalhamento do PAC Saneamento e PAC 2 e a apresentação do cronograma para a elaboração da proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico. As conselheiras Regina Ferreira e Cláudia Ribeiro solicitaram que na próxima reunião do Comitê, a Secretaria traga os critérios para a seleção dos projetos, e ainda, que o Grupo de Trabalho do PLAN SAB acompanhe a elaboração do Plano. O conselheiro Nazareno relatou as discussões do Comitê de Mobilidade: a inclusão no site do Ministério dos projetos de responsabilidade dos estados e municípios; a necessidade da sociedade civil monitorar as obras do PAC da Copa, a fim de favorecer uma nova cultura de investimento em mobilidade sustentável; a necessidade de o Governo Federal garantir a viabilidade econômica e operacional de projetos sobre trilhos voltados para a Copa; a falta de recursos para investimentos em sistema viário adaptado ao ciclismo, face à explosão das bicicletas. Ressaltou, finalmente, a importância da mobilização em torno da aprovação no Senado Federal de um projeto de desoneração tributária combinada com a operação de Passe Único.

7. Plenária/Debate - Deliberação de Resoluções. O Secretário-Executivo Elcione Diniz deu início à votação das resoluções e apresentou proposta de Resolução Recomendada que recomenda a inclusão de determinados critérios para a priorização de municípios no processo seletivo para obtenção de recursos do Ministério das Cidades. A proposta foi aprovada por unanimidade. A conselheira Regina Ferreira lembrou a importância da formação da comissão para sistematizar as propostas saídas dos Comitês, contando, inclusive, com a assistência de um representante da Conjur. Salientou, também, a demora para a publicação das resoluções, o que resulta em situações de a resolução já estar “vencida” quando é publicada. Em seguida, o Secretário-Executivo iniciou a leitura de proposta que recomenda à Comissão de Infraestrutura do Senado Federal a rejeição do PL 96/10, que altera a Lei 8.987/95, de permissões e concessões de serviços públicos, a Lei 11.107/05, de consórcios públicos e a Lei 11.447/07, de saneamento ambiental. Após ajustes para adequar a redação às convenções entre os ministérios e o Congresso Nacional, relacionadas à tramitação de projetos de leis, a Resolução foi aprovada por unanimidade. A seguir, o Secretário-Executivo leu e solicitou os destaques à proposta de resolução que recomenda ao Ministério das Cidades fazer gestões junto à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República para fins de rejeição do PLS 99/10. O Secretário Nacional de Programas Urbanos Celso Carvalho observou que para efeito da manifestação ao Congresso, deveria ser utilizado apenas o último “considerando” já que é suficientemente forte. A conselheira Maria Henriqueta Arantes destacou que pelo fato do Projeto ainda não ter sido votado nem aprovado, o mais correto seria o Conselho dirigir-se diretamente ao Congresso Nacional, para aconselhar a rejeição. O Secretário-Executivo explicou que a maneira formal dos ministérios se manifestarem é por intermédio da Casa Civil que repassa a posição do Governo à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, a qual, por sua vez, orienta a bancada dos parlamentares governistas. O Secretário-Executivo assinalou as alterações propostas e pôs o texto em votação, que foi aprovado com as modificações sugeridas. A última proposta recomenda ao Ministério das Cidades que solicite aos órgãos do Governo Federal - Casa Civil, Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o desbloqueio imediato dos recursos restantes para o programa Minha Casa Minha Vida - Entidades. O Secretário-Executivo Elcione Diniz assegurou que o assunto já havia sido ajustado com a Casa Civil, colocou em votação a matéria, que foi aprovada por unanimidade. O conselheiro Nazareno Stanislaw Affonso explicou que o Comitê de Mobilidade desejava fazer uma indicação ao Conselho, mas não foi orientado de que para tanto deveria formular uma resolução. Ressaltou o quanto as discussões da reunião foram importantes e oportunas num momento crucial para o tema da mobilidade e que não deveriam

ser perdidas por razões de mera formalidade. O Secretário-Executivo Elcione Diniz esclareceu que não existe a figura da “indicação” e que a matéria, tendo sido aprovada, deveria ser trazida ao Plenário como resolução. Concedeu, entretanto, que se a discussão teve legitimidade no Comitê, ele tentaria contornar o problema. O técnico da Secretaria Nacional de Mobilidade e Transporte, Cláudio de Oliveira Santos, informou que ao fim da reunião do Comitê indagou se haveria alguma resolução a ser apresentada e que a resposta havia sido negativa, e portanto não concordava com a elaboração intempestiva de um texto para resolução. O conselheiro André Queiróz reclamou que o problema decorria da não organização da comissão para os ajustes das resoluções. A conselheira Mércia Alves analisou os dois encaminhamentos possíveis, mas problemáticos em vista da falta de quórum: o plenário aprovaria o conteúdo e o texto seria construído *a posteriori* ou a resolução seria elaborada e aprovada na íntegra no Plenário. A conselheira Henriqueta Arantes declarou ser indispensável um pacto em torno do texto de uma resolução e sem ele seria aberto um precedente que pode criar constrangimentos no futuro. O conselheiro Nazareno Stanislau Affonso argumentou que a Reunião já deveria estar encerrada há duas horas por falta de quórum. O Secretário-Executivo Elcione Diniz, sugeriu que o assunto fosse levado à próxima Reunião. Comunicou a nova modalidade de monitoramento do PAC por meio das Salas de Situação e lembrou que se tratava de uma oportunidade para requalificar a atuação dos GTs de acompanhamento do PAC e do Orçamento, compatibilizando a dinâmica das suas reuniões com a dinâmica das Salas. Por fim, constatada a falta de quórum, pronunciou as despedidas.

Marcio Fortes de Almeida

Presidente